



Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia

POR SOBERANIA ENERGÉTICA E PREÇOS ABRASILEIRADOS

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Destacamos que *a área energética do Brasil foi historicamente construída para ser um setor de excelência*, mesmo tendo inúmeras contradições. *Temos bases naturais* (água, rios, petróleo, sol, vento, entre outros) que através do trabalho dos trabalhadores proporcionam vantagens comparativas a nível mundial. *Temos uma indústria de petróleo e de eletricidade* com potencialidade para se transformar em uma das maiores indústrias soberana do mundo e em condições de atender as necessidades prioritárias do povo brasileiro. *Temos indústria de bens e serviços* capaz de atender o conteúdo nacional das cadeias de produção de energia. *Temos trabalhadores e trabalhadoras de alta capacidade* que produzem e fornecem a eletricidade, a água, o gás de cozinha, a gasolina, o óleo diesel, os fertilizantes agrícolas e demais derivados deste imenso país. *Temos produção e domínio de tecnologias* construídas e conhecidas, *e temos experiências de como tratar com dignidade os atingidos pelas obras e trabalhadores do setor*.

No entanto, as evidências na questão energética revelam uma situação dramática deixada ao país pelos Governos Temer e Bolsonaro. **A selvageria dos preços** do gás de cozinha, combustíveis e energia elétrica foram transformados em instrumento de rapinagem sobre o povo brasileiro. Empresas estratégicas foram fatiadas, estranguladas e privatizadas. *As principais estruturas de Estado foram destruídas ou estão capturadas por especuladores e rentistas de plantão*.

É uma situação de destruição da soberania energética, da ciência e tecnologia e de todas as iniciativas de industrialização da energia. *Nem a independência e a segurança energética do país estão garantidas*.

A Petrobrás foi fatiada e áreas estratégicas foram transferidas ao controle de grupos estrangeiros associados à rentistas locais.

O Governo Lula receberá um país com um rombo de R\$ 500 bilhões no setor elétrico e trajetória de *grandes aumentos na conta de luz nos próximos anos*. A venda da Eletrobrás causará mais aumentos de tarifas, privatização dos reservatórios e as demissões em massa de trabalhadores tendem gerar perda de qualidade e apagões no futuro próximo.

Prossegue *a inexistência de um marco legal que garanta os direitos das populações atingidas* pelas obras, não existe um órgão responsável e nem um fundo para equacionar as questões sociais e ambientais das obras e nem da segurança das pessoas. *Para os trabalhadores do setor são nítidas as políticas de diminuição dos direitos, da terceirização e precarização do trabalho.*

A *água e o saneamento estão sendo privatizados* em todos os aspectos e prevalece a lógica dos setores rentistas.

O fato é que a política energética deixada pelo governo Bolsonaro é um *projeto de privatização de tudo, internacionalização dos preços, destruição da soberania energética e reprimarização da indústria de eletricidade e de petróleo e gás do Brasil*. Enquanto os acionistas extraem lucros abusivos, o povo brasileiro é a vítima principal.

O novo governo precisa considerar que a *questão energética possui extraordinária importância estratégica na reindustrialização nacional. A energia é questão sensível*, de grande alcance popular e pode gerar *instabilidade social* e conflitos políticos de grandes proporções.

O boicote a tudo que é público e para o povo, também conta com o forte *enraizamento do neofascismo nos cargos públicos* de alto escalão do Estado.

O futuro comando do *Ministério de Minas e Energia (MME) necessita comprometimento* com as seguintes proposições para transição energética para melhorias imediatas ao povo brasileiro:

- 1- **Mudar a política dos preços e das tarifas dos produtos nacionais**, porque são questões centrais para o controle e a distribuição das riquezas produzidas no País e para reindustrialização nacional. Devemos abrasileirar e estabelecer os preços com base nos custos de produção nacionais, base não apenas nas cotações internacionais.
- 2- **Garantir forte investimento público e Estatal** como vanguarda do desenvolvimento nacional. Para recuperar a soberania, **reaver a Eletrobrás**, Liquegás, Fafen(s), refinarias que foram privatizadas, BR Distribuidora sob o controle do Estado e recuperar a capacidade de Refino nacional. Deve ser compromisso **anular as iniciativas de privatização da água** (reservatórios, rios e demais potenciais) e priorizar o **saneamento básico de caráter público**.
- 3- **Retomar investimentos no refino e produção de fertilizantes** para atender a demanda que o Brasil necessita. E rever a lei do gás com maior inserção da Petrobras no segmento de gás natural da produção à distribuição.
- 4- **Criar uma nova política de conteúdo local**, envolvendo a indústria nacional não apenas no setor de E&P, como também em outros segmentos.
- 5- **Reformar as estruturas de Estado** para ter empresas públicas de excelência no setor elétrico e petróleo e instituições democráticas para fazer política energética nacional, moldadas pela participação e democracia da maioria do povo brasileiro.
- 6- É tempo de **garantir a proteção e direitos dos atingidos e trabalhadores** do setor de energia.

- 7- **Aplicar uma política de transição energética justa sob o comando do Estado sem reduzi-la** apenas à escolha da matriz tecnológica renovável, mas orientado sob as bases organizativas para uma nova política energética que garanta soberania e pleno respeito aos trabalhadores de todas de geração de energia (renováveis e não renováveis). A Petrobrás, integrada e com expertise deve ter importância estratégica para liderar para uma energia moderna com a participação dos trabalhadores.
- 8- **Instituir uma política de reindustrialização nacional nas cadeias de produção de toda energia**, liderada pelo Estado, como forma mais eficiente para gerar empregos e renda ao nosso povo, garantir autossuficiência, segurança e excelência nos resultados com **a partilha e justa distribuição dos benefícios e resultados** produzidos nas áreas de energia.
- 9- **Desenvolvimento de conhecimento e tecnologia soberana** em áreas estratégicas, para garantir a melhor qualidade em termos de eficiência e produtividade, e desenvolver elevado grau de **educação, organização e conhecimento de todo o povo brasileiro** sobre a questão energética nacional.
- 10- **Promover a democracia, a participação** e maior controle popular nas decisões sobre a política energética nacional e nas estruturas de Estado. A começar pela CNPE, ONS, EPE, ANEEL, ANP, ANA, CCEE e CADE.

Água e Energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Organizações membros da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia:
AEEL – Associação dos Empregados da Eletrobrás; **CNE** – Coletivo Nacional dos Eletricitários; **CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; **CNU** - Confederação Nacional dos Urbanitários; **CNM** – Confederação Nacional dos Metalúrgicos; **FTIUESP** - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; **FURCEN** - Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; **FISENGE** - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; **FNU** - Federação Nacional dos Urbanitários; **FRUNE** - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; **FSU** - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; **FTUN** - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; **FRUSE** - Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste; **FUP** - Federação Única dos Petroleiros; **Sindipetro AM**; **Sindipetro CE/PI**; **Sindipetro RN**; **Sindipetro PE**; **Sindipetro BA**; **Sindipetro MG**; **Sindipetro ES**; **Sindipetro Caxias**; **Sindipetro NF**; **Sindipetro Unificado SP**; **Sindipetro PR/SC**; **Sindipetro RS**; **SINAERJ** - **Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro**; **SINTERN**; **INTERCEL**; **INTERSUL**; **Levante Popular da Juventude**; **MCP** - Movimento Camponês Popular; **MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens; **MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores; **PROIFES** – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; **SENGE/BA** - Sindicato dos Engenheiros da Bahia; **SENGE/PR** - Sindicato dos Engenheiros do Paraná; **SENGE/RJ** - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; **SINDIELETRO/MG**; **SINDUR/RO**; **SINERGIA/SC**; **SINERGIA/BA**; **STIU/DF**.